

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 147, DE 15 DE AGOSTO DE 2013.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal pactuar com os promitentes compradores dos lotes do Loteamento Centro Novo e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pactuar, mediante instrumento particular de compromisso de compra e venda e outras avenças, com todos os promitentes compradores, transferindo os direitos de propriedade, dos lotes do Loteamento Centro Novo.

Art. 2º O valor inicial do lote será de R\$ 17.680,21 (dezessete mil, seiscentos e oitenta reais e vinte e um centavos), sendo este valor reajustado à época da aquisição acrescido de uma taxa de 10% (dez por cento) a título de operacionalização dos instrumentos.

§ 1º O pagamento deverá ser efetuado na Tesouraria da Secretaria da Fazenda do Município ou da forma que este Órgão indicar, até o dia dez de cada mês em valores assim definidos:

I - A prestação mensal será equivalente ao limite máximo de 10% (dez por cento) do salário mínimo Nacional, estipulando, dessa forma, o montante de prestações a serem contratadas pelo (s) promitente(s) comprador(s).

II – A prestação mensal aos contratantes titulares que sejam aposentados ou pensionistas e recebam exclusivamente tais benefícios, em valores que não ultrapassem três salários mínimos, será equivalente ao limite de 5% (cinco por cento) do salário mínimo, ficando para estes o valor da contratação definido do *caput* deste artigo reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º O valor total de cada lote a ser contratado será definido pela divisão do valor constante no neste artigo pela quantidade de metros quadrados do lote.

§ 3º O valor inicial da contratação, bem como das prestações, serão reajustados anualmente pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Art. 3º Após a titularização dos direitos dos lotes não será permitida qualquer tipo de transferência de posse dos lotes cadastrados, enquanto não for quitado o financiamento e emitida a escritura definitiva.

§1º Em havendo transferência do lote, este será retomado pelo ente municipal através das medidas judiciais cabíveis.

I - O imóvel retomado será destinado à família inscrita nos programas habitacionais.

II - Os Promitentes Compradores que transferirem o imóvel a terceiros, terão seus nomes, bem como de seus cônjuges ou companheiros(as), inclusive sucessores na lista de moradores inaptos a receberem qualquer outro incentivo a moradia no município.

III - O Poder Executivo Municipal devolverá ao pactuante o valor por ele pago até a época da rescisão, no qual será descontado deste valor, a título de multa rescisória, o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o saldo devedor apurado na data da rescisão.

Art. 4º Os instrumentos a serem firmados entre o Município e os promitentes compradores serão registrados na matrícula do imóvel junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Guaíba/RS.

§ 1º Os referidos instrumentos serão elaborados pela Secretaria de Habitação, com a supervisão da Procuradoria Jurídica do Município.

§ 2º Os emolumentos relativos ao registro do imóvel serão suportados pelo Município e o montante gasto será cobrados dos promitentes compradores.

§ 3º Os valores apurados no parágrafo anterior poderá ser parcelado em até 07 (sete) vezes.

§ 4º As despesas decorrentes para pagamento dos emolumentos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária 01 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Função: 04 – Administração; Sub-Função: 122 – Administração Geral; Programa: 002 – Gestão Administrativa do Executivo; Projeto/Atividade: 2019 – Manutenção das Atividades da SEFAZ; Elemento: 3.3.3.9.0.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Recurso: 01 – Livre.

Art. 5º Em caso de morte do titular do contrato, mediante a apresentação do atestado de óbito, a dívida será considerada quitada, ficando a Administração Municipal encarregada de dar o encaminhamento necessário para efetivação da escritura do imóvel.

§ 1º Em caso de morte do(a) cônjuge ou companheira(o) do(a) titular comprador(a) o saldo devedor vincendo a partir do evento da morte, será reduzido em 50% (cinquenta por cento).

§ 2º Para aplicação do disposto no parágrafo anterior deverá ser comprovada convivência comum nos últimos três anos

Art. 6º O(s) titular(es) mediante quitação do saldo devedor atualizado, poderão requerer a outorga da escritura definitiva junto a Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 7ª Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.962, de 08 de dezembro de 2004.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 15 de agosto de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 147, de 15 de agosto de 2013, que *“Autoriza o Poder Executivo Municipal pactuar com os promitentes compradores dos lotes do Loteamento Centro Novo e dá outras providências”*.

A presente proposta tem por objetivo regulamentar o pagamento e as transferências dos lotes localizados no citado loteamento, no qual foram adquiridos pelo Município de Eldorado do Sul mediante desapropriação judicial.

Destaca-se que a Comissão de Avaliação do Poder Executivo Municipal atualizou os valores de mercado dos citados lotes, bem como a Secretaria Municipal da Fazenda reajustou os valores pagos até a presente data.

Salienta-se que com a aprovação desta proposta e com a pactuação a ser firmada entre o Poder Executivo Municipal e os promitentes compradores se estará regularizando o direito de propriedade dos lotes do Loteamento Centro Novo.

Nota-se que com a impossibilidade de transferência dos lotes a terceiros, enquanto não for quitados o saldo devedor, estaremos a dar a finalidade correta aos imóveis, isto é destinando-os realmente as pessoas que necessitam e se enquadram no programa habitacional.

Assim, contando com a Vossa atenção, apresentamos a presente proposta a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para que seja apreciada e, sendo do entendimento dos Nobres Edis, aprovada.

Por fim, renovamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal